

O novo modelo chegou

JOSÉ CARLOS MELLO *

O velho modelo brasileiro de desenvolvimento, implantado na década de 40, exacerbado na de 70, produziu um país mais moderno, mais industrializado do que os demais da América Latina. Mas com o correr do tempo as fantásticas taxas de crescimento do PIB, numa série histórica no período, só superada pelo Japão, começaram a ser substituídas por períodos de recessão, por vezes alternados com outros de crescimento esporádico, sem auto-sustentação.

O moribundo modelo de desenvolvimento permaneceu, contudo, perambulando pelas mentes brasileiras por toda a década de 80. Não queríamos admitir sua exaustão, e tínhamos esperança em seu revigoramento. Ao mesmo tempo que se falava em liberdade de mercado, em abertura da economia, buscava-se proteção do Estado, não querendo enxergar que ele não tinha mais nada a dar. A década de 80 foi perdida por não quisermos reconhecer a morte do antigo modelo de desenvolvimento, e com isto precioso tempo foi perdido pela não reorganização do Estado naquele período. A própria Constituição foi elaborada admitindo um Estado paternalista e todo-poderoso. Daí a sua rápida depreciação, já que ela não refletia o momento, não percebia o futuro e foi elaborada em bases ultrapassadas.

Mas no início da década de 90, algo diferente começa a acontecer. Percebe-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, embora confundindo-se tal redução com desmantelamento e enfraquecimento das instituições. O Estado precisa ter um tamanho adequado e ser eficiente. Ficou clara a necessidade de abrir-se a economia, de inserir-se o país em novos mercados, de livrar-se da tutela protecionista do governo, que, se no começo foi capaz de induzir ao desenvolvimento, no final só teve capacidade para estimular a ineficiência.

Neste ano, no qual o Estado está praticamente ausente do processo de desenvolvimento pela falta de investimentos públicos, sem orçamento por mais de seis meses, com ministros de alta rotatividade que não têm tempo para impor um ritmo de trabalho aos seus ministérios, muito menos para formular políticas setoriais, num ano em que a voraz disputa por cargos em todos os escalões tem produzido longas interinidades, com imensos vazios de decisão, o PIB deverá crescer algo em torno de 4%, o que é extraordinário. É o fim da recessão. É o ingresso em um novo modelo de desenvolvimento com reduzida participação do Estado nas decisões, que começam a ser dadas por um mercado mais competitivo, mais ágil. Poucos perceberam isto, mas o crescimento deste ano muito pouco tem a ver com o governo, que cumpriu bem o seu papel de apenas manter a abertura da economia e dar continuidade à privatização, ainda que de forma lenta e aparentemente sem muita vontade política.

O setor privado mostrou-se ágil, capaz de adaptar-se aos novos tempos. Um bom exemplo disto é dado pelo bom número de empresas brasileiras que já receberam o certificado de enquadramento na ISO-9000, norma internacional que estabelece rígidos padrões de qualidade, e costuma ser pouco acessível a empresas de países não industrializados. Mais de 150 companhias já possuem o precioso certificado, excelente atestado de eficiência.

Outra mostra da reação positiva do setor privado é dada pela redução dos custos provenientes dos aumentos de produtividade, que está ocorrendo nos setores mais competitivos da economia,

aqueles que estão entregues às forças de mercado e à concorrência com os produtos importados.

O contrário ocorre nos setores monopolizados, cartelizados, oligopolizados ou onde o governo interfere na formação de preços e tarifas. Ai os aumentos são constantes e não se tem qualquer notícia de seus incrementos de produtividade.

A oportunidade de o governo contribuir para a consolidação do novo modelo, e de enterrar em definitivo o antigo, está na revisão constitucional, buscando reformas que eliminem os monopólios, os desestímulos aos investimentos, as despesas sem a correspondente receita. Ou seja, é a oportunidade de eliminar os componentes inflacionários produzidos pela atual Carta, a qual permite uma estreitíssima margem de manobra no orçamento, menos de 2%, dificultando imensamente a formulação de uma política econômica.

E que até lá sejam exorcizadas as mágicas, os congelamentos, as dolarizações, as análises superficiais do modelo adotado pela Argentina, que desde sua implantação produziu, em menos de 30 meses, a fantástica inflação, em dólar, de 50%, e que nos dois últimos anos originou déficits comerciais no valor de US\$ 5 bilhões.

A sociedade não aceita mais mágicas heterodoxas, e começa a se dar conta de que algo mudou. Que não é do governo que virão as soluções para os seus problemas, mas de um setor privado capaz de investir, de gerar empregos, e que quer apenas paz para trabalhar, sem sobressaltos e mudanças de regras. Livre, enfim, das desastrosas interferências habituais do setor público.

* Ex-secretário geral do Ministério do Exterior.